

## SUPERACUMULAÇÃO E COLAPSO DO CAPITALISMO NO BRASIL EM RETROSPECTIVA

Superacumulación y colapso del capitalismo en Brasil en retro-  
spección

Over-accumulation and Capitalism Collapse within Brazil in  
Review

### RESUMO

Não podemos buscar as causas da recente crise brasileira em “fatores internos”, dado que a economia “nacional” está integrada à economia mundial desde o seu processo de modernização industrial. Numa avaliação retrospectiva, que vai da crise do chamado “neodesenvolvimentismo” à crise do “milagre econômico”, nosso objetivo principal é apontar para a conexão íntima do Brasil com a economia mundial, indicando que a crise atual é parte do próprio fracasso da modernização econômica brasileira, que por sua vez é integrante da crise estrutural do capitalismo.

**Palavras-chave:** capital global, crise estrutural do capitalismo, capital fictício.

### RESUMEN

Las causas de la reciente crisis brasileña no pueden ser buscadas en “factores internos”, dado que la economía “nacional” está integrada a la economía mundial desde su proceso de modernización. En una interpretación retrospectiva, que va de la crisis del llamado “neodesenvolvimentismo” a la crisis del “milagro económico”, nuestro objetivo principal es apuntar a la conexión íntima de Brasil con la economía mundial, indicando que la crisis actual es parte del propio fracaso de la modernización económica brasileña, que a su vez es integrante de la crisis estructural del capitalismo.

**Palabras-clave:** capital global, crisis estructural del capitalismo, capital fictício.

### ABSTRACT

The causes of the recent Brazilian crisis can not be search in “internal factors”, since the “national” economy has been integrated into the world economy since its modernization process. In a retrospective evaluation, which goes from the crisis of the so-called “neodevelopment” to the crisis of “economic miracle”, our main objective is to emphasize to Brazil’s intimate connection with the world economy, indicating that the current crisis is part of the failure of economic modernization Brazilian, which in turn is part of

**Maurilio Lima Botelho**

Professor Associado de Geografia  
Urbana da Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
maurilio\_botelho@oi.com.br

Artigo recebido em:

18/01/2019

Artigo publicado em:

26/01/2019

the structural crisis of capitalism.

**Keywords:** global capital, structural crisis of capitalism, fictitious capital.

## Introdução

O pensamento econômico costumeiramente procura as causas de uma crise em “motivos nacionais” e em “erros políticos”. Com isso se juntam dois ideogramas da economia de mercado: não faltam oportunidades para o crescimento econômico e, se essas potencialidades não são exploradas, a culpa é de determinados indivíduos que, com suas escolhas, estabeleceram caminhos equivocados para toda uma nação. O otimismo diante das perspectivas objetivas da economia, não importa as circunstâncias, e a origem subjetiva das dificuldades enfrentadas são, entretanto, um mesmo e único princípio reificado: o inevitável progresso das forças econômicas só não é desfrutado por uma vontade equivocada.

Desde 2015, quando os índices econômicos brasileiros se afundaram, esse mecanismo ideológico foi utilizado com todo radicalismo nas opiniões diárias das instituições econômicas, no noticiário da grande imprensa e, principalmente, na disputa política. Não importa o espectro político, o governo Dilma foi acusado de ter cometido erros na condução econômica pelo excesso de intervencionismo ou por ter seguido a “agenda FIESP” de desregulamentação econômica. De qualquer modo, as oportunidades oferecidas pelo mercado mundial, o crescimento da economia chinesa ou a posterior “retomada norte-ame-

ricana”, estariam sendo desperdiçadas. Teria sido possível evitar a crise que se abateu sobre o Brasil na ocasião e as causas de sua irrupção foram basicamente internas – esse é o julgamento quase unânime.

Este artigo é dividido em três partes. A primeira analisa essa crise recente a partir de alguns de seus principais indicadores para apontar a profundidade do problema econômico brasileiro. A partir dessas informações, na segunda parte buscamos demonstrar que as causas mais profundas da crise “atual” da economia nacional são as contradições de um capitalismo superprodutivo, isto é, o problema estrutural da superacumulação de capital temperado com as peculiaridades de nossa condição periférica. Por fim, levamos essa discussão teórica para um fundo histórico de longo prazo, demonstrando que a crise recente é somente parte do processo de modernização brasileira esgotado há cerca de 45 anos. Com essa reflexão final pretendemos chegar ao objetivo principal de nossa argumentação: demonstrar que a estrutura econômica brasileira é parte integrante e indissociável da economia mundial, portanto, sua análise não pode ser feita de modo isolado, sendo no mínimo necessárias as devidas mediações com os processos globais da produção/circulação de capital. A crise no Brasil é parte integrante da crise estrutural do capital.



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

**1** - Desemprego recua em dezembro, mas taxa média do ano é a maior desde 2012, *Agência IBGE Notícias*, 31 jan. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012>>. Acesso em jan. 2019.

**2** - PNAD 2015: rendimentos têm queda e desigualdade mantém trajetória de redução. *Agência IBGE Notícias*, 25 nov. 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9461-pnad-2015-rendimentos-tem-queda-e-desigualdade-mantem-trajetoria-de-reducao>>. Acesso em jan. 2019.

**3** - Após três anos de queda, indústria cresce puxada por setor automotivo, *Agência IBGE Notícias*, 01 fev. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19856-apos-tres-anos-de-queda-industria-cresce-puxada-por-setor-automotivo>>. Acesso em jan. 2019.

## O colapso de hoje

Pode-se escolher arbitrariamente qualquer ângulo econômico ou indicador de atividade, a crise que se abateu no Brasil em 2015 foi devastadora por todos os lados. Do desemprego ao comportamento geral da economia, da produção industrial às contas públicas, o desempenho nos últimos anos foi dramático.

A taxa anual de desocupação da força de trabalho saiu de 6,8%, em 2014, e saltou, em apenas três anos para 12,7%, uma ampliação de 6,5 milhões de pessoas excluídas do mercado e aferidas oficialmente pelo desemprego aberto.<sup>1</sup> Nesse mesmo período, como se sabe, a trajetória do mercado de trabalho no Brasil voltou a registrar uma maioria de “informais”, uma categoria obscura que envolve uma gama de situações desde a absoluta precariedade autônoma (como vender bala no trem), passando pelo empregado assalariado não-formalizado e mesmo o pequeno “empresário” sem registro de seu negócio e sem funcionários. A renda média do brasileiro, como seria de esperar, teve uma contração grave de um ano para o outro: caiu 5,4% apenas de 2014 para 2015.<sup>2</sup>

O PIB brasileiro também apresentou uma queda acentuada a partir de 2015. Se em 2014 a variação no produto interno foi de 0,1%, indicando estagnação, no ano seguinte o índice caiu 3,8% e, em 2016, prosseguiu numa queda de 3,6%. Em percentual acumulado, a economia brasileira recuou quase 10% em apenas dois anos, um impacto devastador para um

país que não passou por guerras (pelo menos oficialmente). A chamada “recuperação” dos anos seguintes esteve muito longe de retomar os patamares da “riqueza nacional” anterior à crise. Quando se compara essa trajetória de declínio do produto interno com os outros graves momentos da história da economia brasileira, no século XX, tem-se o dramático quadro da maior regressão econômica oficialmente registrada, superando largamente o confisco da poupança por Collor (1989 e anos seguintes), a crise da dívida (1980 e segs.) ou mesmo a crise de 1929. Mesmo assim, comparado a outros indicadores parciais, o PIB nem revela um quadro tão intenso de derrocada.

A produção industrial, por exemplo, recuava antes mesmo da queda do PIB, demonstrando que a crise já estava instalada em 2014 (quando ocorreu uma variação negativa da produção industrial de 3%). O esforço do governo para atravessar o momento eleitoral, apesar dos percalços, foi um sucesso, pois conseguiu adiar os efeitos maiores da catástrofe. Mas o impacto foi sentido fortemente após a reeleição, daí a animosidade de setores industriais até então alinhados com o governo Dilma: em 2015, a produção industrial recuou 8,3% e, no ano seguinte, ainda 6,4%.<sup>3</sup>

A incapacidade do Estado de reverter o processo de regressão econômica não decorria de nenhuma “falta de vontade” ou de “opções erradas”, mas de uma limitação objetiva em suas próprias condições de financia-

mento, encolhidas pelo recuo econômico geral. Em 2014, a arrecadação federal registrou uma queda de 26 bilhões de reais frente ao ano anterior. Em 2015, nova queda, agora de 29 bilhões diante do último ano do primeiro governo Dilma — um patamar absoluto inferior a 2011, o que, do ponto de vista do fisco, fazia o Brasil recuar meia década. Talvez as explicações sobre a “agenda FIESP” (Carvalho, 2018, p. 58-59) façam algum sentido aqui, na medida em que o impacto de desonerações sobre os impostos industriais foi sentido principalmente no ano de 2014 e seguinte, agravando o quadro fiscal, que passou a apresentar déficits sucessivos após o ano da eleição presidencial. Entretanto, a dívida pública brasileira, tanto em termos absolutos (volume total) quanto relativos ao PIB, apresentou uma trajetória de aceleração a partir de 2014. Em pouco tempo a dívida pública bruta federal saltou 500 bilhões de reais, passando da marca de 60% do PIB (2013), para 73% (2015) e 81% (2017).<sup>4</sup>

É preciso salientar essa desproporção entre a expansão acelerada da dívida pública e a perda de rendimentos. Não se poderia explicar o colapso das contas públicas apenas pela desoneração obtida por empresários, ainda mais porque, se havia junto desta uma agenda de incentivo à produção, imediatamente após a reeleição ela foi substituída por medidas recessivas e cortes de gastos implementados pelo governo em diversos setores. O que se trata aqui, como ficará eviden-

te, é que estava sendo cobrada a conta do capital fictício, que havia sustentado o breve período anterior de moderado crescimento. A explosão da dívida foi um resultado das receitas cada vez mais apertadas de renúncias fiscais e queda de arrecadação decorrente da baixa atividade econômica combinadas a uma alta dos juros dos títulos públicos, que quase dobraram sua rentabilidade média de 2015 a 2016 (Bacen, 2016, p. 23).

Foi o ciclo de liquidez abundante nos mercados financeiros internacionais — que fluíram ao Brasil principalmente por meio do mercado de exportação de *commodities* — que permitiu o relativo crescimento da década anterior, inflando o “espetáculo do crescimento”. Exatamente por isso, quando os recursos minguaram, os efeitos foram sentidos tanto na elevação dos custos de rolagem desse crédito quanto na drástica redução de investimentos. A desaceleração dos investimentos, que já era sentida desde 2010, foi ainda maior a partir de 2013, chegando a taxas negativas — ou seja, redução de investimentos comparado ao período anterior. No segundo trimestre de 2015, ainda um ano antes do fatídico *impeachment*, a queda na formação bruta de capital fixo será de 8,1%. Nesse ano, a taxa de investimentos da economia brasileira registrará 17,8%, um patamar inferior aos anos de “neodesenvolvimento” tão propalados anteriormente, quando superavam 20%.

Não pesaram apenas os recursos cada vez mais restritos para fazer manutenção e reno-

4 - Não importa contra-argumentar que existe reserva cambial disponível para cobrir parte dessa dívida em caso de necessidade e que o significativo seria apenas a dívida líquida. Desde o tombo econômico em 2015, o governo brasileiro tem suado para manter o controle sobre o câmbio, que apresenta volatilidade extrema. Dificilmente essas reservas podem ser utilizadas para outros fins que não o de assegurar o preço de nossa moeda.



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

vação das condições de produção. Aqui chegamos a um ponto fundamental de nossa reflexão e que revela o dilema estrutural enfrentado pela economia brasileira como parte integrante e imediata da economia de mercado mundial: os efeitos do forte investimento dos anos anteriores, que aparentemente seriam a receita certa para um crescimento econômico sustentado e de longo prazo, foram sentidos sob a forma de excesso de capacidade instalada, o que imediatamente desobrigou à renovação produtiva assim que os indicadores econômicos ficaram no vermelho. O capital fictício produziu uma miragem de estrutura econômica sólida que não resistiu à escassez de crédito, desmoronando com o encarecimento dos custos de sua recirculação.

### O dilema estrutural da economia brasileira

Para os adeptos da teoria econômica desenvolvimentista, cabe ao Estado recuperar a capacidade de investimento principalmente através de obras de infraestrutura. Seja pela retomada do PAC ou pela ampliação da estrutura das empresas estatais, o caminho é reativar o protagonismo estatal. Para os neoliberais, o papel do Estado é garantir a estabilidade dos indicadores financeiros para que o empresariado volte a confiar no futuro e gastar com a ampliação de capacidade da produção privada. Para os liberais “de centro”, os bancos estatais podem até atuar nesse último

caso, mas suas taxas de juros precisam convergir para as praticadas pelo mercado. O fundo comum a todos é o papel dos investimentos, cuja diferença está no agente que os realiza. Monetaristas e estatistas com põem duas válvulas com desavenças práticas, mas não necessariamente de fundo teórico, no peito com insuficiência cardíaca do capital.

Como visto, ocorreu uma forte contração na taxa de investimentos no Brasil nos últimos anos. A partir de meados de 2014, os investimentos começaram a apresentar uma progressiva queda, que ultrapassou os dez pontos percentuais no fim de 2015 e em todo o ano de 2016. Comparada ao PIB, a taxa de formação bruta de capital fixo chegou a 16,4% em 2016,<sup>5</sup> uma queda significativa frente ao último pico de 20,6%, em 2011.<sup>6</sup> Entretanto, mesmo nesse último caso, muito longe dos níveis alcançados na era de ouro do desenvolvimentismo brasileiro (com patamares superiores a 25%) e, no primeiro, próximo dos piores momentos da história nacional (cuja série histórica do IBGE tem por fundo a taxa de 12,7%, em 1948).

Apesar disso, ao contrário do que prega a doutrina econômica, o “espetáculo do crescimento” não foi uma função da taxa de investimentos. A relação é mais complexa: a taxa de investimentos é que resultou do excesso de liquidez mundial. Para evitar uma plethora, recursos monetários foram desviados para a formação de capital fixo, principalmente por meio do endividamento estatal. Foi o crédito farto

**5** - Participação de investimentos no PIB tem menor peso em 2016, *Agência Brasil*, 07 mar. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/participacao-de-investimentos-no-pib-tem-menor-peso-em-2016>>. Acesso em jan. 2019.

**6** - Após PIB, potencial de crescimento do Brasil continua em queda, dizem especialistas, *Estadão*, 01 jun. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-pib-potencial-de-crescimento-do-brasil-continua-em-queda-dizem-especialistas,70001822593>>. Acesso em jan. 2019.

que permitiu o forte investimento realizado pelo Estado (com parcerias privadas) durante o período de *boom* das *commodities* e, principalmente, no chamado “neodesenvolvimentismo”.

Seria possível determinar um primeiro momento do governo Lula baseado fundamentalmente nos ganhos com a exportação de *commodities*, graças à forte demanda chinesa e que culmina com a transformação desse país no principal parceiro comercial do Brasil – substituindo os EUA e absorvendo, em 2010, 17% de toda exportação brasileira. Isso permitiu que a grande demanda chinesa por produtos primários (minério de ferro, cimento, carne, soja etc.) representasse ao mesmo tempo uma elevação da produção nacional, um salto dos preços praticados e uma reserva cambial cada vez maior (que levou à criação do Fundo Soberano em 2008).<sup>7</sup> Os complexos agroindustriais receberam um forte impulso com as exportações e passaram a ter linhas de crédito cada vez mais baratas do governo. O mesmo ocorreu com as mineradoras, siderúrgicas e refinarias. Os fundos de pensão, já utilizados como alavanca financeira para aquisições e fusões no período FHC, agora tiveram força total em parcerias com grandes corporações, numa política de fortalecimento de “campeãs nacionais” em comum acordo com o “governo de sindicalistas”.

Esse é o momento chave que permitiu ao PT se manter no poder mesmo com o forte impacto do mensalão e, por outro lado, acabou por destruir a imagem ética do partido: o desempenho

econômico não apenas consolidou uma ampla base popular como selou de vez o “apoio conservador” a Lula, com a integração definitiva do PMDB ao governo com a eliminação das suspeitas por parte do agronegócio. Os saldos comerciais e a ampliação abrupta de investimentos diretos externos no país, a partir de 2004, resultaram num ambiente de forte liquidez, o que estimulou o crédito por todos os lados.

A liquidez abundante permitiu uma transformação na política econômica a partir do segundo governo Lula. Para contornar a crise do *subprime* (em 2009, o país teve um recuo no PIB de 0,3%), o Estado começou a implementar uma política anticíclica e expandiu os investimentos em várias direções. PAC, Programa Minha Casa Minha Vida e a tentativa de finalmente aproveitar as descobertas do pré-sal<sup>8</sup> levaram a taxa de investimento ao alto, que chega à casa de 20% entre os anos de 2010 e 2013. Do lado do consumo, o crédito alimentou uma alta imobiliária, as negociações com imóveis bateram recorde e foi possível criar a versão nova do antigo financiamento imobiliário da ditadura, cuja implementação ficou a cargo das incorporadoras. Esses efeitos de crédito barato ao consumidor, inclusive para bens de consumo, assim como uma política de valorização de salário mínimo acima da inflação, forjaram a euforia em torno da “nova classe média” e da integração pelo consumo.

Ocorreu, no mesmo processo, uma mudança na administração da dívida pública. Com

**7** - O *primary commodity index* divulgado pelo FMI dá conta de uma alta de 326% entre 2001 e 2011. A brusca queda em 2008 nos preços internacionais (que afetou o crescimento brasileiro) foi contornada pela demanda chinesa numa elevação progressiva até 2011. Nos anos seguintes, os preços das *commodities* permaneceriam num patamar elevado até colapsar a partir de 2014, o que explica o golpe na economia brasileira. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>>. Acesso em jan. 2019.

**8** - Somente os investimentos da Petrobrás chegaram a ultrapassar 10% do total de investimentos realizados no Brasil.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

espasmos para cima e para baixo durante o primeiro governo Lula, o endividamento bruto do Estado brasileiro, a partir de 2010, cresce no mesmo ritmo dos investimentos públicos e salta de 51,8% do PIB, em dezembro daquele ano, para 71,9%, em 2016. Sempre justificada pela sua comparação com as reservas cambiais (dívida líquida), o endividamento foi parte essencial da ampliação da infraestrutura do país. Ampliação de universidades e centros de ensino, expansão de portos e aeroportos, retomada da indústria naval, construção de novas refinarias em várias partes do Brasil e investimentos em transporte em quase todas as capitais – o que ocorreu foi uma substituição da mera política de exportação de commodities por um “neodesenvolvimentismo” amplamente baseado em parcerias público-privadas, não sem contar com “megaeventos” que legitimaram publicamente muitas dessas “alianças estratégicas”.

A especialização econômica em produtos de baixo valor agregado e “intensivos em recursos naturais” foi o que permitiu gerar a liquidez necessária para o forte investimento no segundo governo Lula e, principalmente, durante o primeiro governo Dilma. Entretanto, essa ampliação da infraestrutura, ao contrário de promover um ciclo de crescimento virtuoso e de autonomia econômica nacional, levou o país a experimentar de modo renovado e ampliado o processo de crise estrutural do capitalismo global. O mantra econômico que vê o investimento como alavan-

ca arquimediana ignora o efeito final obtido por essa injeção de adrenalina no capitalismo atual: a formação bruta de capital fixo ampliou a capacidade em diversos setores da economia e culminou numa recessão. É fato que os gastos públicos atenuaram brevemente os efeitos da crise mundial – e prolongaram politicamente o PT no poder, obtendo a reeleição de Dilma mesmo durante um novo ciclo de escândalos –, mas o resultado da ampliação da infraestrutura foi o retorno à estagnação secular que caracteriza a economia mundial e a brasileira há mais de 40 anos.

Desde a década de 1970, o capitalismo mundial enfrenta o problema estrutural da *superacumulação crônica*. O mais longo período de crescimento da história mundial resultou numa capacidade produtiva gigantesca em boa parte do mundo, com dezenas de países concorrendo com suas mercadorias industrializadas, incluindo aí alguns da periferia do sistema. A “revolução microeletrônica” e as inovações organizacionais do chamado “pós-fordismo” só fizeram ampliar a capacidade produtiva, na mesma proporção em que reduziam a absorção de força de trabalho. Taxas de crescimento econômicas reduzidas e desemprego crescente tornaram-se uma realidade mundial.<sup>9</sup>

Com os fortes investimentos da década passada, a superacumulação de capital – raiz estrutural de todos os problemas da sociedade de mercado – foi renovada em nosso quintal. Sua manifestação não demorou a

9 - Sobre a crise estrutural do capitalismo, ver Kurz (2017) e Botelho (2018).

aparecer sob a forma de excesso de força de trabalho (desemprego) e superprodução de mercadorias (estoques elevados). Mas o ponto principal – o que paradoxalmente criou temporariamente a miragem de uma nova era de prosperidade – foi a ampliação da capacidade instalada, levando ao agravamento do excesso de capital fixo, isto é, ampliando a subutilização das forças produtivas.

Aqui, a ignorância econômica sobre princípios categoriais capitalistas independe de ideologia política: como insistir numa solução para a crise através do investimento (público ou privado) quando para todos os lados o que não falta é capacidade ociosa de máquinas, ferramentas e edifícios? Enquanto a capacidade utilizada da indústria nacional apresentava uma média de 75% em 2011, em 2016 o uso baixou para 66%. Quase um terço de toda estrutura produtiva estava em estágio de ociosidade. Em alguns setores o problema foi ainda mais grave, como a indústria de produtos em metal (54% de uso da capacidade), produção de máquinas e equipamentos (57%) e veículos automotores e outros meios de transporte (55%).<sup>10</sup> A ampliação do nível de investimento (público ou privado) não vai oferecer um novo fôlego à economia, mas anestesiá-la ainda mais ao adicionar capacidade e ampliar o endividamento.

Os termos como liberais e keynesianos encaram a crise do capital são inadequados para uma leitura conjuntural porque não têm compreensão também das transformações estruturais

na economia global: diferente de outras etapas da história burguesa, hoje a superacumulação não é o resultado ao fim de um ciclo econômico, mas uma condição da própria base de reprodução capitalista. O capitalismo superdesenvolvido enraizou de tal modo a sua ampla capacidade de produção que o excesso deixou de ser meramente cíclico e tornou-se permanente: o processo de circulação e distribuição fica estrangulado sob o peso de uma capacidade produtiva gerada pelos momentos anteriores de acumulação de meios de produção. A superacumulação tornou-se crônica, daí uma das causas da crise estrutural do capitalismo. Ao contrário da leitura à direita e à esquerda, nosso problema social básico não é a falta de atividade econômica, mas o excesso – o capitalismo tornou-se vítima de sua própria vitalidade.

Um dos resultados dessa inversão no ciclo econômico – não acompanhado pela teoria econômica – é a mudança no estatuto do crédito. Enquanto no passado a ampliação do crédito aparecia como um fenômeno típico do período de euforia, hoje a economia só atravessa (breves) períodos de crescimento se for bombeada *a priori* por crédito farto. Temos uma mutação no papel do capital fictício: ao contrário de ampliar os negócios (e as fraudes) num período de euforia com a economia real, a antecipação de receitas futuras sob a forma de endividamento público, privado, expansão monetária ou coisas do gênero torna-se condição necessária para a própria expan-

**10** - Uso da capacidade na indústria está no menor patamar em 20 anos, *O Globo*, 06 jan. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/uso-da-capacidade-na-industria-esta-no-menor-patamar-em-20-anos-20735276>>. Acesso em jan. 2019.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

são econômica. Foi o crédito barato conquistado com o setor externo brasileiro, angariando de modo oportunista uma parte da liquidez do circuito deficitário sino-americano, que injetou ânimo na economia nacional e permitiu o período “neodesenvolvimentista”.<sup>11</sup> Assim como se referiu um grupo de críticos da economia ao *boom* norte-americano baseado na alta acionária das empresas de tecnologia e internet, por aqui também a economia só foi “estimulada por vários meios artificiais, muito semelhantes às máscaras de oxigênio utilizadas para escalar os picos mais altos”.<sup>12</sup>

Uma economia estagnada pelo peso de sua estrutura de produção só pode sair de repouso com a injeção artificial de meios de circulação que põe em marcha a capacidade ociosa (e reduz os estoques). Ao colocar em movimento novamente a capacidade instalada, a renda gerada pelo processo de reanimação da circulação deve repercutir necessariamente em investimentos infraestruturais, o que repõe o problema rapidamente da superacumulação em patamar cada vez mais dilatado. Qualquer investimento realizado hoje será o canteiro de obras parado, a usina inutilizada, o galpão abandonado ou o porto vazio de amanhã. Sem falar no acúmulo das catástrofes ambientais.

É verdade que, segundo os dogmas economicistas, dada a queda brutal nos últimos anos, os gastos com investimento podem nem sequer compensar

a depreciação do capital fixo. Reaparece a fórmula tradicional da crise como “lavanderia automática do capital” – anos de estagnação e recessão acabam por liquidar, involuntariamente, os excessos de capacidade presentes numa economia. Isso abriria possibilidade para a injeção de novos recursos para uma renovação da própria base produtiva enferrujada. Aqui o problema é ainda mais grave porque o desajuste teórico à história se combina com a inadequação geográfica.

A tecnologia industrial atual é flexível o bastante para se ajustar a mudanças radicais no processo de produção apenas pela modificação de braços e reprogramação das máquinas-ferramentas de controle numérico. Isso significa que, dada a ociosidade produtiva elevada, em qualquer momento um espasmo econômico poderá ser sentido pela simples utilização da estrutura já disponível. Mas a reanimação no mercado não vai restaurar o patamar produtivo anterior. Uma retomada econômica não pode simplesmente recorrer aos padrões de produção já estabelecidos e há anos estagnado: em virtude das coerções da concorrência mundial, a capacidade instalada precisa ser recuperada e renovada diante das velozes exigências da inovação tecnológica. Mais do que uma destruição por inutilização, por um esgotamento físico do capital fixo, a capacidade produtiva instalada hoje é descontinuada, pós-Terceira Revolução In-

**11** - Sobre o “circuito deficitário do Pacífico”, ver Kurz (2015, p. 31-32).

**12** - The Stagnation of Employment, *Monthly Review*, 01 abr. 2004, disponível em: <https://monthlyreview.org/2004/04/01/the-stagnation-of-employment/>. Acesso em jan. 2019.

dustrial, principalmente pelas pressões concorrenciais para o seu *upgrade*. Essa pressão objetiva por modernização constante amplia a necessidade de crédito (endividamento) e destrói cada vez mais empregos. De qualquer modo, a “retomada” só faz agravar os efeitos mais profundos da falência estrutural do capital, pois a dependência da simulação creditícia de capital e restrição do mercado de trabalho serão seus efeitos. O mundo aberto à concorrência pressiona para que os novos investimentos, tidos como necessários à retomada, ampliem a produtividade, o que implica em menos força de trabalho empregada. Por qualquer dimensão que se olhe, o dilema da superacumulação estrutural torna inviável retomadas econômicas longas e duradouras, ciclos de prosperidade como ocorriam no passado de ascensão da economia capitalista.

Entretanto, é verdade que esse argumento não pode ser aplicado aos agregados infraestruturais de uso público, cuja natureza própria exige assistência constante sob o risco de inutilização. Ruas e estradas precisam de reaparelhamento e limpeza, a transmissão de energia precisa de reparos diante das intempéries e o sistema de água e esgoto precisa, além da manutenção periódica, de expansão diante de uma população que continua se ampliando (pelo menos no Brasil). Isso independe de sua condição ofertada pelo Estado ou pela iniciativa pri-

vada (se é fornecido por estatal ou empresa privada). Repousa aí uma das contradições básicas do capitalismo amadurecido. As necessidades de reprodução social não podem ser condicionadas às convulsões periódicas do mercado, mas como tudo passou a ser organizado por meio da lógica mercantil, o que inclui até mesmo a infraestrutura social, então as condições sociais de reprodução devem ser sacrificadas diante dos obstáculos econômicos. O investimento em infraestrutura pública não poderia ser reduzido mesmo em momentos de crise, mas como isso aprofunda o endividamento (gastos públicos em alta num momento de baixa econômica), então ele passa a ser ditado pelo ritmo privado em nome de uma solução para o *déficit* fiscal. Que nos momentos de crise se reforce o ímpeto privatista nos setores de infraestrutura, até mesmo o abastecimento de água, temos uma demonstração do caráter antissocial dessa forma econômica.<sup>13</sup>

Os “investimentos sociais” foram demasiados propagandeados nos últimos anos, mas agora se vê como rapidamente as ruas esburacam, viadutos desabam, hospitais fecham, museus queimam, sistemas de saneamento problemáticos produzem epidemias e faltam vacinas – problemas que não decorrem apenas dos cortes orçamentários de ocasião, mas de anos de decomposição. Isso em parte explica porque a economia brasileira é relegada a um plano inferior

**13** - “É praticamente impossível querer organizar de modo cíclico, de acordo com o parâmetro da demanda de valores monetários, a canalização de água e esgoto, o sistema ferroviário, a rede de comunicação, o sistema de saúde ou as escolas e universidades. Por outro lado, a capacidade concorrencial de um país depende cada vez mais da eficiência funcional e do nível desses agregados. Se o contexto das condições infraestruturais começa a superar a finalidade empresarial a rigor pressuposta, tanto materialmente quanto também no valor, surge um problema que não é mais solucionável em termos de economia de mercado”. (Kurz, 1993, p. 11-12).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

a cada retomada conjuntural impulsionada por crédito, reforçando sua condição periférica já estabelecida. Aqui convivem insuficiência crônica na estrutura de reprodução social e alta capacidade produtiva privada excludente.

O direcionamento da economia para a exportação não foi responsável pela destruição da complexidade da estrutura nacional. Isso até permitiu o acúmulo de recursos e estimulou temporariamente uma ampliação na base produtiva, que colapsou com sua base de sustentação financeira (a queda nos preços das *commodities*). A argumentação de que o país teria “optado” por empregos e setores econômicos de baixa complexidade só pode se sustentar se a teoria econômica ainda credita ao Estado-nação a capacidade de sobrepor e conter *voluntariamente* as pressões da concorrência internacional, o que nem sequer a economia mais poderosa do mundo consegue – Trump e sua bravata de um retorno ao capitalismo industrial nacional o demonstram.

Uma teoria dessas ainda está presa a uma compreensão das relações econômicas internacionais pelo ângulo da circulação de capital (comércio externo, variações de taxa de juros e câmbio) ou de mercadorias, não do ponto de vista da estrutura produtiva propriamente dita. A dispersão geográfica das cadeias de produção e a integração global dos mecanismos produtivos (valorização) com os expedientes de financeirização (capitalização) tornam caduca uma teoria assim. Um fenômeno como o da

JBS, “campeã nacional” da Era Lula-Dilma, cuja *holding* era administrada por uma das figuras centrais do monetarismo nacional (Henrique Meirelles), que progressivamente internacionalizou sua estrutura produtiva e ao mesmo tempo faturou no mercado futuro do câmbio, só pode ser encarado, por neoliberais e keynesianos, como um fenômeno imoral e fruto de corrupção, quando é o símbolo máximo de uma era de “capital mundial imediato” (Kurz).

É preciso levar em conta também que a indústria de grande capacidade tecnológica não oferece outra coisa senão uma economia de nicho: os salários de empregos qualificados não podem ser generalizados exatamente por causa da elevada produtividade alcançada por cada um destes. O discurso da generalização da complexidade produtiva é historicamente defasado por ignorar a proporção inversa estabelecida, desde a Terceira Revolução Industrial, entre elevação de produtividade e geração de empregos. A substituição de trabalho vivo por trabalho morto representa ganho para o capital individual no seu esforço de superar a concorrência, ainda que para o capital global a sua dinâmica progressiva seja a incapacidade de reprodução ampliada (queda da taxa de lucro). A proliferação de marginalização e a multiplicação de empregos precarizados nas principais cidades *high-techs* do mundo revelam que a convergência entre alta renda e padrão concorrencial é restrito aos poucos sobreviventes da economia de mercado. Nesse aspecto, Campinas ou os centros tecnoló-

gicos da Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, não são expressões de um atraso social que rodeia alta tecnologia com favelas, mas um sintoma avançado da autocontradição do capital, cuja expansão tecnológica tem que ser necessariamente acompanhada de uma contração social (Botelho, 2018b).

### O colapso de ontem

A convivência de grande capacidade de produção com miséria mais infame é uma constante na história brasileira, mas o alargamento desse contraste e a demonstração da inviabilidade de sua superação ocorreram há cerca de 45 anos, quando o processo de desenvolvimento nacional, por assim dizer, foi derrotado. Derrota que não decorreu de uma força externa ou de um mero fracasso interno: a modernização brasileira se esgotou em função das próprias forças que lhe viabilizaram.

Durante um longo ciclo que durou, em linhas gerais, de 1930 até 1973, o Brasil saiu de uma economia predominantemente agrícola e com população rural e se tornou uma das grandes nações industrializadas no mundo, com grandes metrópoles e um crescimento médio elevado – no século XX, só superado pelo Japão. Somente

entre 30 e 61 o crescimento da produção industrial brasileira foi de 683%. Se tomarmos o período entre 40 e 61, para podermos comparar o aumento da produção industrial com o aumento do Produto Interno Bruto (que já vimos foi de 232%) temos que aquele aumento foi de 479%. Em um período de 22 anos, portanto, a produção industrial brasileira quase sextuplicou, e seu rit-

mo de desenvolvimento foi mais do que o dobro do ritmo de desenvolvimento global da economia (Bresser Pereira, 1968, p. 54).

Quando consideramos apenas o período do “milagre econômico”, os números ainda são mais impressionante em virtude dessa explosão de crescimento coincidir já com uma desaceleração da economia mundial: no período de 1968/1974, a taxa média de crescimento anual do PIB será de 11,3%, enquanto a indústria alcança o patamar anual médio de 12,6%, notadamente em setores como equipamentos mecânicos, elétricos e transportes (Baer, 1996, p. 91-92).

Esse amplo processo manifestou-se como uma modernização da estrutura industrial e agrícola nacional, a ponto de não sermos mais capazes, como símbolo da fase avançada da economia, de distinguir entre um setor e outro: os *complexos agroindustriais* passaram a ser marca da estrutura produtiva nacional, com nível elevado de mecanização e artificialização da produção no campo.

Entretanto, não são esses números isoladamente que dão conta do *upgrade* da estrutura produtiva brasileira nesse período, mas o seu efeito articulado ao processo global da produção capitalista. Como parte do movimento de dispersão geográfica da indústria mundial ocorrida nesse período, o Brasil passou a internalizar a produção dos principais equipamentos industriais necessários à sua estrutura econômica. Ou seja, a maturidade



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

do capitalismo brasileiro foi marcada por uma passagem da mera importação de máquinas e equipamentos necessários à produção industrial de bens de consumo finais para uma produção interna dos próprios bens de capital. No caso do campo, por exemplo, até 1960, a oferta de tratores de produção interna era praticamente nula. Em 1970, 99% do consumo de tratores no campo brasileiro era de produção brasileira. A internalização da produção de tratores foi um processo simultâneo à mecanização da agricultura nacional – em 1950, havia pouco mais de 8 mil tratores em operação no campo brasileiro, em 1960, já existiam 61 mil, em 1970, mais de 165 mil e, em 1975, pouco depois do fim do “milagre”, mais de 323 mil tratores em operação (Silva; Baricelo; Vian, 2015, p. 26).

O mesmo poderia ser dito em relação aos bens de capital em geral: se em 1949, 59% das máquinas e equipamentos utilizados no Brasil ainda dependiam da importação, em 1966 esse percentual já havia baixado para 13,7%. Quanto aos bens industriais intermediários, o mesmo processo ocorreu em velocidade mais acentuada, já que em 1966 apenas 6,8% eram importados (Baer, 1996, p. 82). Ou seja, o grande esmagador volume do capital fixo utilizado no Brasil era já de produção interna.

Esse movimento acelerado de industrialização, o auge do ciclo de *modernização do capitalismo brasileiro*, não foi uma mera “complemen-

taridade” estabelecida entre as empresas transnacionais e as indústrias nacionais, mas uma verdadeira conexão da economia nacional à forma global do capital configurada no pós-guerra. Muito mais do que um caráter “complementar”, a economia brasileira *integrava-se* ao mercado mundial como uma unidade, cujos pilares eram os processos de produção e financeirização (apesar das barreiras ainda existentes ao comércio que só seriam derrubadas com a “abertura” de Collor e FHC).<sup>14</sup> Essa conexão íntima com o mercado mundial pode ser reconstituída teoricamente em duas etapas.

Primeiro, a integração da estrutura nacional à dinâmica produtiva fundamental do capital, ou seja, o clássico debate sobre a “internalização do Departamento I” da economia. Isso criou uma espécie de “ajuste de frequência” da estrutura produtiva nacional com a dinâmica do capital mundial. Contudo, o que foi pensado como um possível sinal de maturidade do capitalismo brasileiro a ser mobilizado para uma estratégia desenvolvimentista, já era indício de uma nivelação do processo de crise. Na década de 1970, essa internalização já não era vista como um processo de “desenvolvimento nacional autônomo”, pois parte considerável da produção de bens de capital era realizada por empresas transnacionais. Mas o ponto principal é que essa internalização produtiva decorria de um excesso de

**14** - A tese de “complementaridade” foi lançada pelo então economista José Serra em famoso artigo (1982).

capacidade já apresentado em outros mercados, que fluíram para o território brasileiro. Até mesmo as condições de financiamento de uma parcela da produção “genuinamente” nacional, principalmente a realizada pelo governo num ímpeto estatista inédito em nossa história, foram possibilitadas pelo capital excedente disponível no mercado mundial.

Para afastar de vez a imagem de uma mera “subordinação” da economia nacional ao roldão global, a formação pioneira de grandes “campeãs nacionais”, ou seja, a criação de empresas transnacionais brasileiras com atuação mundial no período do “milagre” completa essa conexão. Esse movimento remonta aos vínculos políticos de grandes corporações, principalmente empreiteiras, com a ditadura militar (Campos, 2014), mas ultrapassa esse setor econômico. Nas décadas de 1960 e 1970, empresas como Camargo Correa, Odebrecht, Mendes Junior, mas outras ainda como Marcopolo, Caloi e Alpargatas realizavam investimentos na Bolívia, Colômbia, Venezuela, Chile, Angola, Mauritânia, Canadá e outros países.<sup>15</sup>

Na década de 1970, esse processo foi explicado pela esquerda latino-americana como sintoma de um subimperialismo e da formação de países intermediários no sistema mundial. Ainda que recorresse ao estabelecimento da superacumulação para explicar a exportação de capital por um país periférico (Mari-

ni, 2012), o argumento apelava para o caráter nacional dos capitais envolvidos, sem dar conta do fundamento comum de crise mundial já anunciado pelo fracasso imediato da modernização. Mas esse ponto de vista ainda era capaz de se posicionar de modo crítico diante da realidade econômica estabelecida. Diferente é caso de nossa última rodada “neodesenvolvimentista”, quando a criação de “multinacionais brasileiras”, tornada política oficial com Lula-Dilma, passou a ser interpretada por amplos segmentos de esquerda como uma demonstração de “protagonismo econômico” ou até mesmo uma “inserção autônoma do Brasil” em termos mundiais.

O segundo processo a ser destacado na integração com a economia mundial é visível apenas em longo prazo e atravessa tanto o movimento de modernização econômica brasileira quanto a recente crise. Trata-se da integração e abertura da estrutura econômica nacional ao capital financeiro. O caminho percorrido vai desde a explosão da dívida da década de 1970, e seu momento crítico nos anos de 1980, até a abertura e desregulamentação financeira das eras FHC e Lula.

Esse processo vai determinar que o que conta, de fato, não é nacionalidade em si de uma determinada empresa, que se torna mais difícil de determinar com a integração financeira mundial.<sup>16</sup> O que conta é a capacidade do capital de articular suas estruturas

**15** - Para uma análise da formação das multinacionais brasileiras e a relação de inúmeros outros investimentos externos realizados por elas desde a década de 1960, ver Sposito e Santos (2012).

**16** - Vide o caso da Ambev, uma gigante formada no fim do governo FHC e estimulada pelo governo Lula, cujas ações variam entre domínio belga e brasileiro.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

**17** - PA desindustrialização de cidades importantes do Nordeste dos EUA demonstrou que isso vale para todos, assim como havia indicado Ulrich Beck: “A economia de atuação global enterra os fundamentos do Estado e da economia nacional. E assim entra em curso uma subpolitização de dimensões impensadas e consequências imprevisíveis. Trata-se de um novo round para se derrubar elegantemente o velho adversário ‘trabalho’; mas ao mesmo tempo trata-se principalmente da demissão do ‘capitalismo ideal e completo’, como Marx chamava o Estado; ou seja, trata-se da libertação das amarras do trabalho e do Estado, tais como estes surgiram nos séculos XIX e XX” (1999, p. 15).

**18** - Pesquisas recentes já demonstram que o país volta a depender de importação de bens de capital para seus setores produtivos. Não temos condições de discutir aqui essa “regressão produtiva”, mas longe de um problema “nacional”, trata-se do próprio estreitamento do mercado mundial provocado pela crise estrutural.

**19** - Já em 1986, Stephany Griffith-Jones e Osvaldo Sunkel contestaram a possibilidade de explicar isoladamente a “crise da dívida” por “fatores externos”: “parece-nos incorreto procurar uma distinção tão acentuada entre fatores ou forças externas e internas. Precisamente pelo fato de importantes setores das economias e sociedades latino-americanas terem se tornado integrados ou intimamente vinculados à economia interna”  
Continua...

com a rede produtiva e financeira global, que o permite mobilizar e desviar recursos sempre que necessário, de acordo com as condições políticas e econômicas dos locais em que mantém suas bases. E isso não tem mais relação com o “desenvolvimento nacional”, já que há décadas os investimentos mundiais procuram os pontos de menor tensão na rede global de custos, regulamentações e condições políticas.<sup>17</sup>

Assim, o colapso recente da economia brasileira não pode ser explicado por uma força econômica *externa* que lançou o Brasil ao chão. Evidentemente, não seria de todo infundado, pela história de nossa economia, considerar o peso do “setor externo” nas contas nacionais.<sup>18</sup> Entretanto, a economia brasileira não pode ser tratada como um ente isolado ou relativamente destacável do “mercado externo” e isso exatamente por causa do grau de modernização alcançado já na década de 1960 e 1970. Mesmo nos supostos momentos de “descolamento”, a dinâmica econômica interna deveria ser explicada pela integração mundial.<sup>19</sup>

Quando o Brasil atravessou as mais elevadas taxas de crescimento no período do “milagre econômico” e o mundo estava deixando sua era ouro do pós-guerra, essa aparente divergência só pôde ser explicada pelo excesso de capital internacional que, não encontrando mais o mecanismos de valorização nos países centrais, inundou os novos países industrializados, principalmente na América Latina. A crise do pe-

tróleo, em 1973, deu um golpe nessa abundância de liquidez e demonstrou que o efeito divergente era meramente temporário. Nos anos seguintes, o governo Geisel optou por manter uma postura de endividamento, mesmo com os custos elevados de financiamento internacional, o que não surtiu os mesmos efeitos do crescimento no ciclo anterior e ainda levou à explosão da dívida com o novo choque do petróleo no fim da década – entre 1974 e 1980, a dívida externa líquida brasileira cresceu mais de 600% (Baer, 1996, p. 109).<sup>20</sup>

Estava encerrada a modernização industrial no Brasil que, diferente do caso dos países centrais, nem sequer foi capaz de criar um breve período de integração social, sendo caracterizada pela ampliação da pobreza, concentração acelerada de renda, favelização e explosão da violência. Na raiz desse fiasco de integração econômica estava a própria incapacidade do mercado de absorver a força de trabalho disponível. Enquanto os países de industrialização anterior passariam, a partir da Terceira Revolução Industrial, a experimentar uma progressiva exclusão no mercado de trabalho, o Brasil, com uma industrialização retardatária baseada em tecnologia ainda da Segunda Revolução, já se mostrava incapaz de gerar empregos suficientes diante da explosão populacional e êxodo rural-urbano, mesmo com um crescimento econômico vertiginoso.<sup>21</sup>

Se o período do “milagre” apareceu brevemente descola-

do do contexto de crise mundial, o mesmo poderia ser dito do curto período de euforia com o “espetáculo de crescimento” no segundo governo de Lula e primeiro de Dilma. A aparente dissociação entre o crescimento apresentado pelo Brasil frente aos países europeus e EUA, envolvidos na crise com a explosão do *subprime*, não era efeito de uma política interna independente e muito menos de uma autonomia econômica. Tratou-se de um curto empuxo dado pela tentativa chinesa de conter a crise em seu próprio território, recorrendo a vasto investimento em infraestrutura. Quando esse empreendimento fracassou e as *commodities* se acumularam em depósitos, portos e navios chineses (2014), a crise se abateu com toda força em nosso quintal, demonstrando os vínculos imediatos entre a economia brasileira e o resto do mundo.

Assim, desde o princípio, o “desenvolvimento” brasileiro foi resultado do excesso de capital nos mercados internacionais, mais um fator dos recursos monetários excedentes do que uma tentativa autônoma de construção de novas estruturas econômicas. Embora nos primeiros anos “desenvolvimentistas” isso pudesse ainda ser a ilusão dominante, graças a todo o conjunto ideológico “populista” ou “nacionalista” presente nos governos responsáveis pela industrialização, logo ficou evidente o vínculo íntimo entre a modernização da estrutura produtiva nacional e o capital financeiro mundial.<sup>22</sup> Mais do que a consolidação

de um eixo produtivo central capaz de mover a sociedade brasileira, subordinando a dinâmica financeira aos ritmos da produção de mais-valia e reprodução do capital, a industrialização levada a cabo por aqui já era um indício das circularidades de uma economia financeira mundialmente hipertrofiada pelo sistema de capitalização. Foi o capital fictício que produziu nossos parques industriais e o constante desamparo por eles enfrentados, precisando recorrer regularmente a crédito e endividamento para se manter, é uma comprovação da vazia tautologia de automultiplicação do capital em seu processo de crise.<sup>23</sup>

### Palavras Finais

A economia brasileira é parte do mercado mundial. Parece truísmo afirmar isso numa nação que sempre serviu como plataforma de exportação para os centros do capitalismo. Mas a dimensão dessa integração mudou qualitativamente com a modernização produtiva levada a cabo na segunda metade do século XX, isto é, passamos a ser *imediatamente* parte integrante do mercado mundial. Nosso ambiente econômico “interno” é já um espaço imediato da economia mundial.

Mas agora fica claro também que essa conexão imediata não foi sendo construída nas últimas décadas apenas pelo processo de integração produtiva e globalização financeira, mas também pelo processo de crise mundial, pois a decadência

cional (ou ‘transnacionalizados’), tal distinção analítica acentuada não mais parece, a nosso ver, corresponder à realidade” (1990, p. 118).

**20** - “O endividamento externo apareceu então como a ‘solução’ e por esse lado abriu as portas à financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro, que ficou patente no último governo militar da ditadura, sob o mesmo czar das finanças que havia imperado no período do ‘milagre brasileiro’ que, talvez por ter Antonio no nome fosse considerado milagreiro” (Oliveira, 2003, p. 132).

**21** - “(...) durante os anos sessenta, apesar do extraordinário desenvolvimento industrial, a indústria de transformação teve o número de seus empregados elevado a uma taxa anual de apenas 3%, o que se explica pelo uso de tecnologia capital intensiva, economizadora de mão-de-obra. Esse crescimento de 3%, quando comparado com os 3,5% de crescimento da população ativa e com os 5,4% de crescimento da população urbana, revelou-se claramente insuficiente” (Bresser Pereira, 1968, p. 66).

**22** - Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto reconheceram isso de modo pioneiro: “Para o novo tipo de desenvolvimento, os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas

Continua...



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional. (...). Assim, na medida em que o ciclo de realização do capital completa-se no âmbito interno em função da grande unidade produtiva (produção, comercialização, consumo, financiamento, acumulação, reinvestimento), o sistema econômico – ‘as leis do mercado’ – tende a impor à sociedade suas ‘normas naturais’, restringindo, por consequência, o âmbito e a eficácia da contrapartida autônoma dos grupos locais” (1970, p. 130). Como demonstrou Roberto Schwarz em diversas ocasiões, o FHC presidente não rompeu com essa compreensão, apenas a utilizou de modo cínico: diante da falta de “autonomia dos grupos locais”, já não há alternativa a não ser aceitar as “normas naturais” da economia capitalista.

**23** - Uma detalhada demonstração dessa “circularidade” construída pelo capital fictício pode ser vista em Pitta (2016), onde demonstra como o “agronegócio”, no caso o setor “sucroalcooleiro”, é estruturalmente dependente de crédito e de dívida mesmo em momentos de euforia econômica e forte expansão da produção.

**24** - “As “leis naturais” cegas do “capital em geral”, que durante muito tempo podiam ser

Continua...

global dos mercados exige do capital exatamente mais fluidez transfronteiriça para explorar as possibilidades restritas de valorização ou de capitalização.<sup>24</sup> Numa era de mercados globais conectados, cadeias produtivas integradas internacionalmente, concorrência direta entre produtos ou custos de produção e, principalmente, de capital excedente em busca de multiplicação (ficcionalização), a vitória ou a derrota de uma economia periférica depende cada vez menos – se é que dependeu alguma vez na longa história da imposição do “sistema mun-

dial” com suas etapas coloniais e imperiais – dos mecanismos políticos internos. Na verdade, a combinação de vitória e derrotas locais é, hoje, uma característica global em todos os cantos – a favela, o cortiço, o gueto e o “circuito inferior de consumo” combinando com o condomínio fechado, o *mall* luxuoso e o SUV blindado. Vencedores e derrotados da economia capitalista deixaram de ser definidos em termos nacionais – se é que o foram alguma vez – e agora são individualizados numa guerra de todos contra todos cada vez mais acirrada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACEN. *Relatório Mensal – Dívida Pública Federal (Dezembro 2016)*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2016.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo*. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOTELHO, Maurilio Lima. Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo. In: *Revista Maracanan*, n. 18, p. 157-180, jan.-jun. 2018.

\_\_\_\_\_. A metrópole para além da nação: globalização e crise urbana. In: *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 697-716, set/dez 2018b.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: UFF, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

GRIFFITH-JONES, Stephany; SUNKEL, Osvaldo. *O fim de uma ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise, in: *Estudos Avançados*, no. 7 (18), 1993, p. 7-41.

\_\_\_\_\_. *Poder Mundial e Dinheiro Mundial (crônicas do capitalismo em declínio)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

\_\_\_\_\_. *A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global*. Disponível em: <http://www.obecoonline.org/rkurz101.htm>. Acesso em out. 2017.

\_\_\_\_\_. *Ler Marx! Os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI*. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/ler\\_marx.pdf](http://www.obeco-online.org/ler_marx.pdf). Acesso em jan. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. In: *Outubro*, n. 20, p. 27-70, 1º semestre 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo: 2003.

PITTA, Fabio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2016.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de após-guerra. In: *Revista de Economia Política*, vol. 2/2, n. 6, p. 5-45, abr.-jun 1982.

SILVA, Rodrigo Peixoto da; BARICELO, Luis Gustavo; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Estoque brasileiro de tratores agrícolas: evolução e estimativas de 1960 a 2016. In: *Rev. de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 21-35, jul.-dez. 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. *O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

representadas no plano do contexto econômico nacional, tornam-se a *lei mundial imediata* de um mercado mundial universal e sem fronteiras, que já não constitui a esfera das relações entre as economias nacionais, mas a esfera universal da concorrência de crise mundial imediata, não filtrada. Isto não significa outra coisa senão que esta concorrência se torna concorrência de saque, e que as relações das empresas e indivíduos entre si assumem os traços que sempre caracterizaram as relações entre Estados nacionais, não sujeitas a qualquer lei. A desinibição do homem, que já está contida no conceito de capital e muitas vezes se manifestou nas atrocidades da história da imposição do capitalismo, ameaça tornar-se *relação mundial imediata*. A globalização tem por reverso a depravação moral dos indivíduos, cuja atomização também assumiu uma dimensão planetária. Assim, temos de pensar a teoria da globalização de Marx não só em conjunto com a sua teoria da crise, mas também em conjunto com a sua teoria da barbarização do capitalismo – assim obtendo a imagem precisa da atual situação mundial” (Kurz, 2019).